

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE DIREITO  
ANA LUÍSA BRÊTAS BRUNO**

**ACESSO ABERTO VERDE E ARMAZENAMENTO DE ARTIGOS  
CIENTÍFICOS NA ACADEMIA.EDU: uma análise das políticas  
editoriais**

**Juiz de Fora  
2022**

**ANA LUÍSA BRÊTAS BRUNO**

**ACESSO ABERTO VERDE E ARMAZENAMENTO DE ARTIGOS  
CIENTÍFICOS NA ACADEMIA.EDU: uma análise das políticas  
editoriais**

Monografia apresentada à  
Faculdade de Direito da  
Universidade Federal de Juiz  
de Fora, como requisito  
parcial para obtenção do grau  
de Bacharel. Na área de  
concentração Direito  
Material Público sob  
orientação do Prof. Dr.  
Marcos Vinício Chein Feres.

**Juiz de Fora  
2022**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANA LUÍSA BRÊTAS BRUNO**

## **ACESSO ABERTO VERDE E ARMAZENAMENTO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NA ACADEMIA.EDU: uma análise das políticas editoriais**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Na área de concentração Direito submetida à Banca Examinadora composta pelos membros:

---

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof.(a) Máira Fajardo Linhares Pereira  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Doutoranda Lorena Abbas da Silva  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro

PARECER DA BANCA

( ) APROVADO

( ) REPROVADO

Juiz de Fora, 09 de fevereiro de 2022



Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram para sua realização.

Agradeço aos meus amigos, professores e a minha família por terem ajudado na construção deste trabalho.

“Quando você quer alguma coisa, todo o universo conspira para que você realize o seu desejo.” O Alquimista

## RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar, dentro do contexto da expansão do modelo de Acesso Aberto Verde, o atual cenário entre as políticas editoriais dos periódicos e o armazenamento de artigos científicos em redes sociais acadêmicas. Para tanto, suscita-se o seguinte problema de pesquisa: A partir do estudo de caso dos artigos depositados na Academia.edu dos autores vinculados à UFJF, qual a relação entre as políticas editoriais, a transferência de direitos autorais e os depósitos em repositórios individuais? Parte-se da hipótese de uma ruptura com o sistema restritivo de direitos autorais, com a existência de políticas editoriais que permitem o depósito de artigos científicos em repositórios, como repositórios individuais. Desse modo, como estratégia metodológica de cunho empírico e qualitativo, optou-se pelo estudo de caso de Robert Yin, juntamente com as regras de inferência de Epstein e King. O referencial teórico é pautado nas noções da moralidade do dever e moralidade da aspiração elaboradas por Zenon Bankowski. A partir dos dados coletados é possível concluir pela prevalência de políticas editoriais pouco claras sobre a possibilidade de depósito de artigos pela via verde, principalmente em relação a repositórios individuais.

Palavras-chave: Acesso Aberto Verde; Academia.edu; Direitos Autorais; Políticas Editoriais.

## ***ABSTRACT***

*The present research intends to analyze, within the context of the expansion of the Green Open Access model, the current scenario between the editorial policies of journals and the storage of scientific articles in academic social networks. To this end, the following research problem is raised: Based on the case study of articles deposited in Academia.edu by authors linked to UFJF, what is the relationship between editorial policies, copyright transfer and deposits in individual repositories? We assume a break from the restrictive copyright system with the existence of publishing policies that allow scientific articles to be deposited in repositories as individual repositories. Thus, as an empirical and qualitative methodological strategy, Robert Yin's case study was chosen, together with Epstein and King's inference rules. The theoretical referential is based on the notions of the morality of duty and the morality of aspiration elaborated by Zenon Bankowski. From the data collected it is possible to conclude by the prevalence of unclear editorial policies about the possibility of depositing articles by the green way, especially in relation to individual repositories.*

*Keywords: Green Open Access; Academia.edu; Copyright; Editorial Policies.*



## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Versão do artigo depositada na Academia.edu .....	30
Tabela 02 – Número de periódicos que permitem o depósito de pelo menos uma das versões do artigo em repositórios digitais .....	31
Tabela 03 – Os periódicos que permitem o depósito em repositórios especificam qual versão do artigo pode ser publicada? .....	32
Tabela 04 – Retenção dos direitos autorais pelo autor .....	33
Tabela 05 – Número de periódicos indexados no DIADORIM que permitem o depósito do pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista .....	34
Tabela 06 – Classificação dos periódicos científicos por meio do sistema de cores adotado pelo DIADORIM .....	34

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO NA ERA DIGITAL .....	12
3 ACESSO ABERTO VERDE .....	15
4 ACADEMIA.EDU .....	21
5 DIADORIM .....	23
6 REFERENCIAL TEÓRICO .....	25
7 METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS .....	26
8 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E PROCESSO INFERENCIAL .....	29
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	38

# 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia visa investigar, a partir de um estudo de caso exploratório, o cenário dos artigos depositados na Academia.edu dos autores vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora e qual a relação entre as políticas editoriais, a transferência de direitos autorais e os depósitos desses artigos em repositórios individuais.

A temática é dotada de relevância na medida em que os repositórios digitais têm se tornado cada vez mais uma ferramenta para o fortalecimento de uma rede global de comunicação acadêmica. Segundo Björk (2017), em média, 15 a 20% da produção científica global se vale da via verde, sendo ainda uma porcentagem razoável em comparação à expansão do Acesso Aberto Dourado.

Dentro desse contexto, políticas editoriais as quais contêm informações sobre o depósito de artigos em repositórios, principalmente em repositórios pessoais, ainda são pouco exploradas. Apesar dos repositórios individuais terem crescido nas últimas décadas por meio das redes sociais acadêmicas, os mesmos não recebem, até então, o seu devido destaque.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram coletados dados dos artigos científicos extraídos da Academia.edu, dos *sites* dos periódicos onde os artigos foram publicados e do Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM). Desse modo, a fim de delimitar o problema de pesquisa, foram observadas as principais unidades de análise: o nome do periódico onde tal artigo foi publicado originalmente; o tipo de versão do manuscrito que foi depositada na Academia.edu; a existência ou não da retenção dos direitos autorais pelos autores; a permissão ou não, por parte do periódico, do depósito de alguma das versões (pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista) do artigo publicado em repositórios individuais; e se os periódicos especificam qual versão do trabalho pode ser arquivada.

A partir dos dados extraídos dessas categorias, é possível aferir se as políticas editoriais dos periódicos científicos ensejam o cumprimento das aspirações contidas na Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998), bem como nas aspirações de promoção e estímulo do Acesso Aberto Verde.

Optou-se por tal recorte com base na hipótese da existência de uma exponencial ruptura com o restritivo sistema de direito autoral brasileiro, tendo em vista o

aparecimento de contradições no sistema a partir da utilização em periódicos que permitem o depósito dos artigos publicados em repositórios/páginas individuais, bem como concedem aos autores a manutenção sobre os direitos morais e patrimoniais de seu trabalho.

O referencial teórico adotado se funda na ideia de Bankowski (2008, p.72) acerca da moralidade do dever e a moralidade da aspiração da lei. A escolha pelo referido substrato teórico se fundamenta na possibilidade de relacioná-lo com a interpretação do tema tratado, como também com a situação das publicações em Acesso Aberto e a atual legislação de direitos autorais.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho empírico e qualitativo, para o desenvolvimento do estudo dos artigos depositados na plataforma Academia.edu dos autores ligados à UFJF, utilizou-se como estratégia metodológica a técnica de estudo de caso exploratório, elaborada por Robert Yin (2015). Ademais, de forma a proporcionar a replicação do presente trabalho por outros pesquisadores, utilizou-se as regras de inferência de Epstein e King (2013).

Sendo assim, o trabalho se divide conforme os itens a seguir: primeiramente, é abordada a expansão do movimento *Open Access* e sua relação com direitos autorais; a definição e o atual cenário do Acesso Aberto verde; bem como o funcionamento da Academia.edu e do Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM). Em seguida, apresenta-se o substrato teórico escolhido. Posteriormente, são demonstradas a metodologia usada e a descrição da coleta de dados. Logo depois, é feita a apresentação dos dados encontrados e do processo inferencial realizado. Por fim, na última etapa, serão tecidas as considerações finais.

## **2 DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO NA ERA DIGITAL**

A Lei n.º 9.610/1998, a Lei de Direitos Autorais (LDA) (BRASIL, 1998), foi criada com o objetivo de proteger a produção intelectual, salvaguardando os direitos do autor e de demais titulares, tanto do ponto de vista patrimonial quanto moral. Assim, o âmbito patrimonial está atrelado aos resultados econômicos obtidos com a exploração e utilização comercial da obra por terceiros, sendo permitida a transferência por meio da cessão, concessão ou licenciamento desses direitos (COSTA NETTO, 2008). Por outro lado, os direitos morais, descritos no artigo 24 da Lei (BRASIL, 1998), ensejam o reconhecimento do autor como criador de produções, sejam elas científicas, literárias ou artísticas. A principal diferença entre tais direitos é o caráter inalienável e irrenunciável dos direitos morais do autor (BRANCO, 2011).

O caráter patrimonial relacionado às obras criou um mercado editorial pautado no monopólio das grandes editoras com a detenção dos direitos dos autores, adquiridos por meio de contratos de cessão e licenciamento. Tal mercado foi sustentado por muitos anos pela adoção de um modelo de negócios com base em assinaturas, para acesso aos conteúdos publicados. Segundo Frosio (2014), o fortalecimento desse tipo de negócio foi respaldado pela ideia de que publicações feitas em revistas gerenciadas por grandes editoras proporcionariam uma melhor reputação acadêmica. Em virtude disso, o fato de os usuários terem que pagar para acessar o trabalho publicado não era um fator preponderante a ponto de influenciar os autores a não publicarem nesse tipo de revista.

Todavia, o aumento exponencial das taxas de assinatura afetou consideravelmente os orçamentos das bibliotecas, tornando cada vez mais insustentável o acesso às pesquisas desenvolvidas (SUBER, 2012, p. 29). O argumento central utilizado para pressionar as grandes editoras contra os abusos cometidos giraria em torno dos custos desproporcionais despendidos para a publicação em periódicos científicos. Isto porque diversas pesquisas financiadas com recursos públicos não poderiam ser acessadas devido ao acesso restrito imposto pelas editoras, devendo as instituições investirem ainda mais recursos para permitirem o amplo acesso dos pesquisadores aos trabalhos desenvolvidos (CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020, p. 88).

Como resultado da era digital, surgiram novas formas de comunicação, bem como de disseminação do conhecimento, transformando significativamente o modelo de acesso e

de publicações para os atores da comunidade acadêmica (SUBER, 2012, p. 62). O ambiente virtual afastou os limites inerentes aos veículos impressos, que disponibilizavam os estudos somente por meio de bibliotecas ou periódicos físicos (MEADOWS, 2001). Desse modo, com a instantaneidade oportunizada pela Internet, a leitura, a cópia, a reutilização e o compartilhamento de obras tiveram que ser repensadas sob a luz dos direitos autorais, de forma a resguardar os direitos do autor, mas também de proporcionar o acesso ao conhecimento para todos.

Diante desse cenário, surgiu o movimento de Acesso Aberto, pensado inicialmente pela comunidade acadêmica, como solução para tornar amplamente disponível o acesso à informação. Nesse sentido, o Acesso Aberto pode ser considerado como a disponibilização da produção científica de maneira digital, on-line, livre, sem custos de acesso e livre da maioria das restrições de direitos autorais e licenciamento (SUBER, 2012, pp.04-6). O Acesso Aberto amplamente conhecido como *Open Access*, atua na disseminação do conhecimento ao aumentar a visibilidade das pesquisas, promover um progresso mais rápido da ciência, permitir o melhor gerenciamento e avaliação das pesquisas e fornecer dados para estudos inovadores. (SWAN, 2008, pp. 161-162).

De forma a promover mudanças significativas e a concretizar o livre acesso à produção científica, o movimento *Open Access* ganhou forças a partir de iniciativas previstas nas Declarações de Budapeste (2002), Bethesda (2003) e Berlim (2003), onde foram usados pela primeira vez os termos *Open Access Green* e *Open Access Gold*. As três declarações, de forma geral, estabelecem a exploração comercial de obras originais e derivadas com a identificação da autoria original, a indexação dos conteúdos produzidos em base de dados com o acesso gratuito e o autoarquivamento em repositórios e em páginas pessoais, desde que haja permissão expressa para tal (CANTO; MURIEL-TORRADO; PINTO, 2020, p. 90).

Decorrida mais de uma década de existência das declarações, ocorreram mudanças significativas em relação ao *Open Access*. O que se vê atualmente é a subutilização de algumas vias de Acesso Aberto, como o *Open Access Green*, com preponderância de um modelo de cobrança de taxas aos autores. A nova roupagem dita como benéfica ao movimento apenas mascara os novos problemas existentes no mercado editorial (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018).

Com a difusão dos repositórios de Acesso Aberto pelo mundo, criou-se uma rede de infraestrutura para manutenção de trabalhos acadêmicos por meio do autoarquivamento.

Apesar disso, conforme exposto por Swan e Brown (2005), grande parte dos autores não autoarquivam seus trabalhos em função de desconhecerem tal possibilidade. Por esse motivo, elegeu-se a via verde como foco do presente estudo, buscando analisar, no âmbito das políticas editoriais, questões concernentes ao armazenamento de artigos científicos e a transferência de direitos autorais.

### 3 ACESSO ABERTO VERDE

Para a expansão do movimento *Open Access* foram adotadas duas principais estratégias: o autoarquivamento de trabalhos pelos autores em repositórios online de Acesso Aberto, conhecida como via verde, e a publicação de artigos científicos em periódicos digitais de acesso gratuito, conhecida como via dourada (GADD; OPPENHEIM; PROBETS, 2003, p. 2). O *Open Access Gold*, conhecido como via dourada, refere-se à publicação feita em periódicos sem taxas de acesso (SUBER, 2012). Por sua vez, o *Open Access Green*, ou via verde, relaciona-se com o arquivamento de cópias de artigos em repositórios institucionais ou pessoais de forma gratuita, sem taxas de acesso, de forma a viabilizar o acesso ao pré-print, pós-print do autor ou, até mesmo, ao pós-print da revista do artigo depositado (SUBER, 2012, pp. 58-75; BJÖRK et al., 2014).

Seguindo essa linha, está o conceito de Acesso Aberto Verde sugerido por Harnad et al. (2004), que dispõe da via verde como o acesso de maneira gratuita e livre a trabalhos em suas versões finais ou manuscritos depositados na internet em um local diferente do *site* do periódico em que ele foi publicado em um momento inicial.

Assim, um dos principais objetivos do Acesso Aberto Verde é o de ampliar a disseminação de estudos realizados, disponibilizando-os de forma online e gratuita, permitindo que outros pesquisadores possam se valer dos conhecimentos descobertos. Outro ponto a ser destacado, segundo Houghton e Swan (2013), seria a economia gerada pelo *Open Access Green*, em decorrência da possibilidade de divulgação do próprio trabalho sem gastos com pagamento de taxas, sem perda de receita e possuindo, em contrapartida, grandes probabilidades de crescimento do índice de citações do trabalho postado.

Ademais, o leque de possibilidades de conteúdos a serem publicados é muito maior que no Acesso Aberto Dourado (BRANDÃO; MOREIRA; TANQUEIRO, 2021). O *Open Access Green*, além de ser considerado mais econômico para os autores, tem alto potencial de crescimento ao viabilizar a disponibilização de conteúdos, como dados, códigos-fonte, teses, dissertações, resumos expandidos e resenhas, e não somente artigos científicos como usualmente acontece em periódicos dourados.

Para Harnad (2011), a via verde se destaca das outras, ao passo que o depósito em repositórios está nas mãos da comunidade acadêmica em geral, ou seja, dos próprios



autores tomarem por si mesmos a iniciativa de autoarquivarem seus artigos e não dependerem da aprovação prévia de pareceristas de periódicos. Outro ponto destacado por Harnad (2011) é que o Acesso Verde pode ser mandatário, podendo ser imposto por algumas instituições ou agências de fomento, ao contrário da via dourada que não pode ser aderida pelas revistas de forma obrigatória.

Em algumas situações, as revistas impõem certa limitação temporal ao depósito em repositórios, o chamado período de embargo. Dessa maneira, os pesquisadores arquivam suas obras após um período de tempo estipulado pelo periódico (PAGLIARO, 2021). Por outro lado, algumas editoras e revistas permitem o autoarquivamento logo depois da publicação.

O autoarquivamento, característica principal do Acesso Verde, é definido por Laakso (2014) como o processo de depósito de arquivos e documentos em repositórios digitais por autores em páginas pessoais, repositórios institucionais e temáticos. Antes da publicação final de um artigo em um periódico, o mesmo passa por diversas etapas que vão desde o manuscrito, perpassando pela submissão ainda sem ter sido revisado por pares, e, por conseguinte, o artigo que passou por todo processo editorial da revista e foi publicado (BJÖRK et al., 2014, p. 238). No presente trabalho, adotou-se as nomenclaturas pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista para se referir a cada uma dessas versões respectivamente.

Qualquer uma dessas versões é elegível para o depósito na internet, a depender do tipo de restrição imposta pelas políticas editoriais onde o artigo é publicado originalmente. Logo, alguns periódicos permitem o depósito de versões antes da revisão por pares e outros que permitem tanto a versão pré-print quanto a versão final (MADDI, 2019).

Nessa esteira, o autoarquivamento pode ser feito em três lugares diferentes: em repositórios institucionais, repositórios temáticos e em *sites* pessoais/redes sociais acadêmicas. O termo repositório institucional (RI) foi cunhado para se referir ao acervo acadêmico estruturado de maneira digital em *sites* hospedados por instituições de ensino ou pesquisa (BJÖRK et al., 2014, p. 239). Os repositórios institucionais precipuamente buscam armazenar e preservar as pesquisas desenvolvidas no âmbito da universidade, por meio de mandatos obrigatórios de armazenamento de teses, dissertações e artigos produzidos por seus membros.

Os repositórios temáticos ou de assuntos foram pioneiros no autoarquivamento de artigos da área das ciências exatas, entre eles o ArXiv, fundado em 1991. O referido tipo de repositório surgiu com o intuito de compartilhar trabalhos, separando-os por grandes

áreas, a fim de facilitar sua busca e estruturação. Assim, os pesquisadores podem direcionar suas consultas de forma mais assertiva, a fim de encontrarem o conteúdo que desejam (GADD; OPPENHEIM; PROBETS, 2003).

As redes sociais acadêmicas, por sua vez, são plataformas onde os pesquisadores podem compartilhar seus trabalhos e os de outros acadêmicos. As primeiras formas de autoarquivamento, consideradas, no início da implantação do modelo de Acesso Aberto Verde, resultaram dos blogs pessoais na Internet (BJÖRK et. al, 2014, p. 239). Mais tarde, as páginas individuais ampliaram seus alcances e se tornaram redes sociais acadêmicas, também chamadas de *Academic Social Networks* (ASNs). Essas redes proporcionam o armazenamento de *papers* juntamente com outras funções típicas de redes sociais, como a criação de perfis pessoais, recomendações de temas, notificações sobre novas postagens, número de visualizações do documento e a opção de salvar trabalhos para ler mais tarde. As redes sociais que mais se destacaram nos últimos tempos foram a Academia.edu e o ResearchGate, em razão do crescimento expressivo de usuários cadastrados e arquivos depositados (CARREÑO; FRÍAS; TRAVIESO, 2018, pp. 110-112).

No presente artigo, adere-se ao conceito de repositório proposto por Gibbons (2004), o qual adota um conceito mais amplo, entendendo-o como uma plataforma online que pode abranger o mais variado conteúdo digital, incluindo textos, áudios, vídeos, imagens, objetos de aprendizagem e conjuntos de dados. Assim, os documentos podem derivar tanto de meios digitais quanto de um meio físico, com sua posterior digitalização. Para a pesquisa em questão, faz-se uso do termo repositório digital para abranger não somente repositórios institucionais, mas também redes sociais acadêmicas, considerando-as como repositórios individuais/pessoais.

Apesar de existirem diferenças entre as vias dourada e verde, muitos autores ainda têm em mente o *Open Access Gold* como única alternativa para a publicação em Acesso Aberto, e, em alguns casos, sentem-se desestimulados a publicarem suas pesquisas devido às altas taxas de processamento de artigos presentes nos periódicos classificados como dourados (BRANDÃO; MOREIRA; TANQUEIRO, 2021). Além disso, existem grandes editoras que impõem um longo período de embargo para o depósito de artigos em repositórios, isto é, os autores são compelidos a esperar determinado período de tempo para que possam arquivar seus trabalhos (BJÖRK, 2017, p. 1). Por conseguinte, os autores se sentem desestimulados, fazendo com que, dessa forma, a via verde seja deixada de lado e tenha seu potencial subutilizado.

Já o *Open Access Gold* se popularizou ao longo dos anos em virtude de vários fatores, destacando-se entre eles o crescimento de periódicos científicos, os quais passaram a oferecer um acesso livre de barreiras para os leitores e um processo editorial pautado na revisão por pares, garantindo uma certa qualidade do conteúdo publicado (BJÖRK, 2017, p. 1). No cenário brasileiro não foi diferente, em 2020 havia em torno de 1.500 revistas indexadas no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), sendo um dos países com mais periódicos neste diretório (PEREIRA e FURNIVAL, 2020, p. 90). Ademais, com a fundação da biblioteca SciELO, além da consolidação do *Open Access Gold* no Brasil, houve o aumento da visibilidade da produção científica brasileira perante a comunidade científica nacional e internacional (ALPERIM; FISCHMAN; WILLINSKY, 2008, p. 178).

Com a mudança proporcionada pelo fortalecimento do Acesso Aberto Dourado, os editores tiveram que adotar um novo modelo de negócios pautado na cobrança de taxas de submissão, publicação e, em algumas situações, de tradução (ARGOLLO e ROSA, 2018). Assim, como uma forma de substituir as taxas de acesso cobradas aos leitores, foram instituídas as APCs (SOLOMON; BJÖRK, 2016; BJÖRK, 2017).

Dessa forma, o *Open Access Gold* pode ser encontrado em três tipos de periódicos: o primeiro, em que a revista não cobra taxas de processamento de artigos (*Article Processing Charges* - APCs) dos autores, em razão dos custos de publicação do periódico serem arcados por agências de fomento ou instituições. Uma segunda categoria de periódico que se classifica como *Gold*, requer o pagamento de APCs por parte dos autores para manterem financeiramente a revista. Por fim, o outro grupo de periódicos são intitulados híbridos, tendo em vista que oferecem ao autor a opção de manter o artigo fechado sem pagar nenhuma taxa, ou pagar e manter o artigo em Acesso Aberto e, dessa maneira, disponíveis para mais leitores (APPEL e ALBAGLI, 2019; PRINCÍPE, 2019).

Contudo, nos últimos anos, as APCs cresceram exponencialmente (APPEL e ALBAGLI, 2019; PRINCÍPE, 2019), preocupando os cientistas, devido ao fato das publicações se tornarem muito custosas no futuro e serem acessíveis apenas para pesquisadores que possuem financiamento (BRAINARD, 2021). Caso tal situação ocorra, seria estabelecido um ciclo vicioso em que acadêmicos não seriam capazes de publicar e disseminar seus trabalhos, favorecendo somente pesquisadores financiados por grandes agências de fomento. Isso implicaria um monopólio exercido por parte dos entes financiadores detentores de maior poder aquisitivo (BRAINARD, 2021).

Assim, o problema de inversão de barreiras que antes eram de acesso e agora são de publicação, proporcionada pelo uso de APCs, estimula o desenvolvimento de outras formas de Acesso Aberto alternativas, como a publicação de artigos em repositórios, em vista de diminuir gradativamente os custos com publicações (GREEN, 2021).

A partir da problemática de custos existentes no modelo de Acesso Aberto Dourado e híbrido, faz-se essencial a ocorrência de uma transição gradativa para o modelo verde (BRANDÃO; MOREIRA; TANQUEIRO, 2021). O Brasil, de acordo com Pereira e Furnival (2020, p. 20), ocupava o oitavo lugar no ranking mundial feito pelo OpenDOAR, como um dos países com maior número de repositórios digitais abertos. Nesse contexto, observa-se que a consolidação dessa via leva em conta a criação e manutenção de repositórios digitais (CUNHA, 2018, p. 28).

Concernente à política mandatória para publicação em repositórios, a iniciativa do Plano S<sup>1</sup>, criada por instituições de fomento de diversos países com o intuito de solucionar a problemática envolvendo as altas taxas de processamento cobradas dos autores, estabelece diretrizes para a obrigação de depósito de uma cópia em repositórios online para artigos que foram financiados com dinheiro público, e aconselha que pesquisadores optem por publicarem seus *papers* em periódicos que autorizem o arquivamento em repositórios (MARQUES, 2021).

Em nosso país, foi instituída a Portaria nº 013 (BRASIL, 2006), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual estabeleceu a obrigação de arquivamento de teses e dissertação em repositórios institucionais. A partir da política adotada, denota-se um amparo legal para o crescimento do Acesso Aberto Verde e deste tipo específico de repositório.

No entanto, consoante as descobertas de Gadd, Oppenheim e Proberts (2003) feitas a partir de uma pesquisa internacional, os acadêmicos depositam seus trabalhos majoritariamente em repositórios pessoais, como suas páginas na Internet, seguidos da preferência de depósito em repositórios temáticos e, por fim, em repositórios institucionais. Apesar dos aumentos dos repositórios individuais, o que ainda se vê é a escassez de estudos sobre a temática. Pelo mencionado motivo, elegeu-se como foco da presente pesquisa os repositórios individuais.

---

<sup>1</sup> O Plano S é uma iniciativa desenvolvida pelo consórcio cOAlition S, formado por países europeus, com o objetivo de estabelecer diretrizes para incentivar autores financiados por agências de fomento a publicarem em periódicos de Acesso Aberto, bem como a compelir as revistas que ainda cobram a assinatura a disponibilizarem a versão final do artigo publicado em algum repositório de Acesso Aberto.

Entre os repositórios pessoais existentes atualmente, as redes sociais acadêmicas Academia.edu e ResearchGate foram os repositórios com mais depósitos de trabalhos. A escolha entre qual repositório utilizar foi determinada a partir do critério da existência de filtros para delimitar o objeto explorado. Desse modo, foi selecionada a Academia.edu para analisar os artigos nela depositados.

## 4 ACADEMIA.EDU

A Academia.edu é uma rede social acadêmica criada em 2008 (SPINAK, 2016) com o objetivo de permitir que acadêmicos possam publicar seus trabalhos, ler, compartilhar e seguir outros pesquisadores (NIYAZOV et al., 2016, p. 1). As redes sociais acadêmicas foram pensadas de forma a facilitar a troca de informações entre pesquisadores com o compartilhamento de documentos e dados em geral (OVADIA, 2016, p. 165).

Assim, o usuário da plataforma pode acompanhar as postagens de seu interesse, sendo possível o armazenamento de vídeos, livros, artigos científicos, resumos, resenhas, trabalhos publicados em anais, congressos, simpósios e periódicos em seu próprio perfil da rede social.

A Academia.edu se difere de repositórios como ArXiv, SSRN e PubMed, pois além de permitir o arquivamento de trabalhos, oferece funções típicas de redes sociais, como recomendações de postagens, personalização do perfil com dados do usuário, *feed* com as publicações de outros pesquisadores e notificações alertando sobre novos *uploads* dos usuários seguidos (HALL, 2015).

O principal concorrente da Academia.edu é o portal ResearchGate, também considerado uma rede social acadêmica. Ambas as plataformas possuem em comum o fato de permitirem seus usuários compartilharem seus trabalhos de forma gratuita, de modo a fazê-lo sem custos de processamento. No entanto, a Academia.edu se difere ao fazer uso de um subdomínio para indicar a que instituição o usuário está filiado (OVADIA, 2014, p. 166).

Devido à vantagem de possibilitarem aos próprios autores realizarem o *upload* de seus manuscritos ou trabalhos finais, bem como o uso de métricas para indicar quantas vezes o perfil e o documento postado foram visualizados (OVADIA, 2014, p. 166), as redes sociais acadêmicas cresceram exponencialmente nos últimos anos. Phelps (2013) considera que a Academia.edu permite o acesso a trabalhos não só por acadêmicos, mas também por um público leigo. A Academia.edu, em 2016, atingiu a marca de mais de 30 milhões de usuários cadastrados, além de cerca de 8,5 milhões de artigos arquivados e em Acesso Aberto (NIYAZOV et. al, 2016, p.1).

O estudo realizado por Niyazov et al. (2016, p. 2) demonstra que os artigos depositados na Academia.edu possuem um índice de citação maior do que os artigos publicados em *sites* de periódicos ou em blogs pessoais, tendo 19% a mais de citações após decorrido três anos do arquivamento e 35% após cinco anos. Ademais, constatou-se

que dentro de um período de cinco anos, a porcentagem de citações dos trabalhos depositados na Academia.edu aumentou em 83% (NIYAZOV et al., 2016, p. 12; SPINAK, 2016).

Nota-se que não existe nenhuma restrição disposta na Academia.edu que impeça o depósito de trabalhos nas versões pré-print, pós-print do autor e a versão pdf publicada pela revista. Nesse sentido, podem surgir questões relacionadas aos descumprimentos das políticas editoriais por parte dos autores, ou seja, uma divergência entre o acordo feito por autor e revista e o arquivamento sem permissão em *sites* como Academia.edu. Por esse motivo, a Elsevier já notificou a Academia.edu solicitando a retirada de trabalhos que tinham sido publicados originalmente em revistas da editora e não possuíam o aval para serem publicados em repositórios online (HOWARD, 2013). Segundo Rao (2013), como forma de evitar tal problema, a Academia.edu aconselha os autores a postarem as versões pré-print e pós-print do próprio autor, tendo em vista que, na maioria das vezes, é permitido o armazenamento das referidas versões pelas editoras.

A partir deste cenário, foram pensados os diretórios de políticas editoriais, de modo a reunir informações dos periódicos em um só lugar, visando orientar autores quanto a possibilidade de armazenamento de seus artigos em repositórios. Dessa forma, optou-se pelo maior diretório brasileiro, o Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM), passando-se a uma análise mais detida do mesmo.

## 5 DIADORIM

Como uma forma de incentivar o depósito de artigos científicos em repositórios, foi criado, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM). O IBICT desempenhou papel fundamental no fortalecimento do Acesso Aberto no cenário brasileiro, a partir do planejamento de estratégias para a expansão da via dourada e verde, por meio de “quatro tipos de ações básicas e inter-relacionadas, a saber: capacitação, tecnologia, sistemas de informação e políticas” (COSTA; KURAMOTO; LEITE, 2013, p. 142).

Nesse contexto, o sistema de informações é compreendido, segundo Costa, Kuramoto e Leite (2013), como:

A combinação organizada de pessoas, hardware, software, redes de comunicação, recursos de informação, políticas e procedimentos que visam a reunir, organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar informação que alimenta e que resulta de atividades de pesquisa. (COSTA; KURAMOTO; LEITE, 2013, p. 142).

Assim, o DIADORIM como um sistema de informação tem por intuito “identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas instituições editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios” (IBICT, 2019).

As políticas editoriais incluídas no DIADORIM são separadas por cores, sendo tal categorização baseada no sistema instituído pela plataforma SHERPA RoMEO (ALVES, 2019, p. 45). O projeto RoMEO, desenvolvido em 2002 no Reino Unido, foi o precursor dos diretórios que organizam as políticas de autoarquivamento ao oferecer um número expressivo de periódicos indexados (CURRY, 2017, p. 2).

Nesse contexto, as cores são classificadas conforme o tipo permitido de armazenamento:

Amarela: esta opção concede ao repositório o armazenamento somente da versão pré-print dos artigos publicados pela revista (versão do artigo submetida, ou não, pelo autor e que ainda não passou pelo processo de avaliação).

Azul: esta opção concede ao repositório o armazenamento somente da versão pós-print dos artigos publicados pela revista (versão do artigo avaliada, que pode já ter sido publicada, ou não, pela revista).



Branca: esta opção apresenta restrições quanto ao armazenamento de qualquer uma das versões dos artigos submetidos ou publicados pela revista. Neste caso, os dados do artigo poderão ser cadastrados em repositórios, mas o documento não poderá ser acessado. Caso o gestor do RI tenha interesse nos documentos completos da revista, aconselhamos que entre em contato com o editor responsável para que este possa explicar de maneira mais específica o tipo de restrição. Dentre as quatro opções de armazenamento, esta é a mais restritiva.

Verde: esta opção concede ao repositório o armazenamento das versões pré e pós-prints dos artigos. Dentre as quatro opções de armazenamento, esta é a mais permissiva (IBICT, 2019).

Os dados contidos na plataforma facilitam aos autores, aos gestores de repositórios e aos administradores de base de dados a consultarem às políticas editoriais de revistas e o que podem ou não armazenar sem violarem o contrato de direitos autorais firmado entre o autor e o periódico.

Além disso, os editores informam quais as permissões são concedidas para o armazenamento, acesso e uso dos artigos publicados, por meio de um formulário com 22 questões que incluem tipo de suporte, contato, responsáveis, e, por fim, políticas de acesso e arquivamento aos artigos publicados pela revista que está sendo registrada (IBICT, 2019).

Cabe salientar que as respostas prestadas são de inteira responsabilidade dos editores responsáveis pelo periódico (IBICT, 2019), não possuindo o Diretório controle sobre as informações prestadas. Ao contrário do SHERPA RoMEO, que realiza a distribuição de cores com base em algoritmos alimentados pelas informações preenchidas pelos editores (CUNHA, 2018, p. 32) e possui um sistema de update das informações (CURRY, 2017, p. 4), no DIADORIM os próprios editores que classificam o periódico cadastrado entre as quatro cores citadas. Frisa-se que no *site*<sup>2</sup> do DIADORIM não foi encontrada nenhuma informação que esclarecesse quando tais informações são atualizadas, devendo se realizar a conferência desses dados nas páginas online dos periódicos.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/>

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

O marco teórico escolhido está centrado na ideia de dever e aspiração da lei, proposto por Zenon Bankowski (2008, p. 72). As ideias de aspiração da moralidade e aspiração do dever dialogam entre si, de modo que haja um equilíbrio entre ambos. Nesse sentido, cabe salientar a crítica ao legalismo exacerbado quando há a utilização mecânica das regras jurídicas formuladas, sem a extração dos valores subjacentes aos textos legais (BANKOWSKI, 2008, pp. 75-76).

Logo, é de grande importância que o intérprete do direito reexamine a construção das normas jurídicas, de tal forma que estas abarquem o contexto social de sua criação e aplicação, verificando se a norma vigente ainda contempla sua aspiração original, a saber, os fundamentos morais pelos quais ela se sustenta no mundo dos fatos (BANKOWSKI, 2008, pp. 78-81).

Assim, é essencial que todo o conteúdo normativo expresse, além de uma noção de dever referente ao comando de uma obrigação, uma aspiração, que demonstre o porquê da criação do dever (BANKOWSKI, 2008; FERES e OLIVEIRA, 2019, p. 339).

Portanto, a tensão entre dever e aspiração (BANKOWSKI, 2008) permite balancear a obrigação de resguardar os direitos morais e patrimoniais dos autores incutidos na legislação de direitos autorais, com a aspiração, ocasionada pelo contexto da internet, de possibilitar a disseminação do conhecimento a todos, de modo democrático e gratuito.

Diante da relação entre dever e aspiração, objetiva-se examinar se os dados empíricos encontrados apresentam uma indicação de ruptura com o modelo proprietário hoje vigente no direito autoral brasileiro, especialmente no que tange às políticas editoriais que permitem e/ou estimulam a publicação pela via do Acesso Aberto Verde.

## 7 METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

A metodologia empírica utilizada no presente trabalho encontra respaldo nas inferências descritivas e implicações observáveis propostas por Epstein e King (2013). Assim, busca-se fazer inferências a partir da utilização de fatos conhecidos, como as políticas editoriais contidas nos sites dos periódicos e no banco de dados do DIADORIM e das revistas onde os artigos encontrados na Academia.edu foram publicados originalmente, para que se possa extrair fatos desconhecidos (EPSTEIN; KING, 2013, p. 36).

Logo, após a delimitação de inferências, determinam-se as implicações observáveis, essas categorizadas por Epstein e King (2013, p. 79) como os efeitos da teoria desenvolvida aplicados ao mundo real.

Ademais, atrelado a isso, um bom trabalho empírico deve ser elaborado de forma a permitir a replicação do mesmo por outros estudiosos, expondo de maneira clara e pormenorizada as etapas seguidas desde a extração até a interpretação dos dados (EPSTEIN; KING, 2013). De modo a proporcionar tal parâmetro de replicação, descrevem-se abaixo os estágios do processo de coleta de dados realizados. Tendo como base o estudo de caso exploratório realizado e as inferências deduzidas, é possível a construção de hipóteses empiricamente fundamentadas.

Em se tratando de estudo de caso exploratório, é possível a criação de um objeto empírico que possibilite ao pesquisador a descoberta de informações relevantes sobre o problema analisado, de forma a extrair informações que não seriam tão facilmente descobertas, caso se tivesse optado por outra técnica metodológica (MACHADO, 2017). Assim, um dos componentes indicados por Yin (2015, p. 33), quando do emprego do estudo de caso exploratório, é a formulação de unidades de análise como norte para delimitação e definição do problema principal da pesquisa.

Assim, para a delimitação do objeto do presente estudo e com o intuito de restringir o tamanho amostral dos dados, optou-se pela análise das políticas editoriais dos artigos depositados na Academia.edu, nos perfis de usuários vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)<sup>3</sup>, entre os anos de 2020 a 2021.

Por conta da visibilidade e aumento de citações dos artigos depositados, a

---

<sup>3</sup> Atualmente, após pesquisa prévia realizada, constatou-se que a UFJF não possui nenhuma diretriz institucional específica em seu site principal (<https://www2.ufjf.br/ufjf/>) ou na página de seu repositório (<https://repositorio.ufjf.br/jspui/>) que estimule o armazenamento em repositórios digitais.

Academia.edu se consolidou como uma das maiores redes sociais acadêmicas globais (DUFFY; POOLEY, 2017, pp. 06-7), funcionando como um dos repositórios pessoais com mais artigos armazenados, além de contar com mais de 8 milhões de publicações em regime de Acesso Aberto e somando, mensalmente, cerca de 36 milhões de visitas (SPINAK, 2016). Dessa forma, justifica-se a escolha dessa base para a coleta inicial dos dados.

Primeiramente, ao acessar o *site*<sup>4</sup> da Academia.edu, é necessário realizar o *login*. Logo após, na barra de pesquisa disponibilizada, clicou-se na opção de “*start advanced search*”, utilizando o filtro “*university*”, sendo este último preenchido com o termo “Universidade Federal de Juiz de Fora”. Em seguida, no filtro “*position*”, não foi marcada nenhuma opção, deixando que nos resultados encontrados aparecessem os artigos de usuários vinculados à UFJF, estejam eles na posição de membros da instituição, alunos dos programas de pós-graduação, docentes eméritos, membros adjuntos e/ou outros que ocupem posições diferentes das supracitadas.

A coleta de dados ocorreu entre as datas de 02 de dezembro de 2021 e 29 de dezembro de 2021. Nesse período, após a aplicação dos filtros, foram encontrados 5.003 *papers* de usuários vinculados à UFJF<sup>5</sup>.

Posteriormente, foi executada uma filtragem manual dos trabalhos pertencentes ao biênio 2020-2021, devido à vasta quantidade de dados encontrados. Dos trabalhos encontrados dentro desse período, foram selecionados apenas os considerados artigos científicos publicados em periódicos, sendo excluídos trabalhos categorizados em resenha, dissertação, monografia, tese, resumo, resumo expandido, entrevistas, e aqueles publicados em anais, congressos, convenções e simpósios. A exclusão foi feita de forma manual, observando o conteúdo de cada documento e retirando os que se enquadrassem nas classificações citadas acima.

Após o cumprimento de todas as etapas, foram encontrados 150 artigos. Para a investigação das políticas editoriais dos periódicos onde esses artigos foram publicados, utilizaram-se as seguintes unidades de análise: o nome do periódico onde tal artigo foi publicado originalmente; o tipo de versão do manuscrito que foi depositada na Academia.edu; a existência ou não da retenção dos direitos autorais pelos autores; o

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.academia.edu/>

<sup>5</sup> Foram selecionados apenas os artigos de autores vinculados à instituição na data publicação de seus trabalhos, tendo em vista que o perfil de alguns autores na Academia.edu informava vínculo com a universidade já inexistente. Tal conferência foi feita entre as informações constantes na biografia dos usuários e na biografia disponibilizada no artigo publicado.

tipo de *Open Access*, e a permissão ou não, por parte do periódico, do depósito de alguma das versões (pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista) do artigo publicado em repositórios individuais.

Para complementar e conferir os dados extraídos das políticas editoriais sobre o armazenamento de artigos em repositórios, foi feito o cruzamento com o banco de dados do DIADORIM. Das informações contidas no Diretório, foram analisadas apenas as unidades concernentes à permissão do armazenamento e acesso ao pré-print; a permissão do armazenamento e acesso ao pós-print do autor; a permissão do armazenamento e acesso ao pós-print da revista; o prazo para disponibilização de alguma das versões nos repositórios; e a disponibilidade para depósito conforme a classificação de cores criada pelo DIADORIM.

Encontraram-se 150 artigos diferentes. No entanto, alguns dos artigos foram publicados em periódicos iguais<sup>6</sup>. Sendo assim, retirando os periódicos duplicados, obteve-se um total de 130 periódicos, conseqüentemente, 130 políticas editoriais distintas foram analisadas.

Os dados obtidos se encontram disponíveis virtualmente<sup>7</sup>, sendo as tabelas abaixo confeccionadas a partir deles.

---

<sup>6</sup> Os periódicos iguais encontrados foram: Numen – Revista de Estudos e Pesquisa da Religião; Radiofonias; Estudos de Religião; PLURA; Sacrilogens; Horizontes (4 versões iguais encontradas); Intexto; dObra[s]; Plural, Ética Filosofia Política (3 versões iguais encontradas) , Repro – Revista de Processo, Gatilho, Pistis e Praxis, Revista de Direito Civil Contemporâneo; Ekstasis; Relegens Threskeia.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Cjk0-1Y62iajbOx0XBV4-P4qAchRNILKWmPROSfPszw/edit#gid=0>

## **8 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E PROCESSO INFERENCIAL**

Após a explicação do procedimento da coleta de dados, é possível iniciar o processo de inferências. O principal objetivo é o de verificar qual a relação existente entre as políticas editoriais, a transferência de direitos autorais das revistas encontradas e o armazenamento de artigos científicos na Academia.edu, e as possíveis implicações observáveis dessa relação no contexto dos direitos autorais e da disseminação do conhecimento.

Os dados coletados foram divididos em unidades de análise, as quais pautaram a elaboração das tabelas a seguir apresentadas, bem como auxiliaram na construção do processo de inferência. Desse modo, a primeira tabela tem como base os dados encontrados sobre a unidade de análise “versão do artigo depositada na Academia.edu”; a segunda tabela foi centrada na unidade de análise: “O periódico permite o depósito de alguma das versões do artigo em repositórios digitais, inclusive individuais?; a terceira tabela se valeu da seguinte unidade de análise: “as políticas editoriais disponíveis nos sites dos periódicos especificam qual versão do artigo pode ser armazenada em repositórios digitais?” por sua vez a quarta tabela se pautou na unidade de análise: “se os autores retêm ou não os direitos autorais”, a quinta e sexta tabelas foram feitas com base nas informações obtidas na plataforma do DIADORIM, observando as seguintes unidades de análise: “Armazenamento e acesso ao pré-print, Armazenamento e acesso ao pós-print do autor, Armazenamento e acesso ao pós-print da revista, Disponibilidade para depósito”.

No que tange à unidade de análise “versão do artigo depositada na Academia.edu”, essa procurou investigar quais versões, entre o pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista, são usualmente depositadas pelos autores em seus repositórios individuais. Parte-se do pressuposto de que os autores possuem preferência pelo arquivamento da versão final do artigo, tendo em vista que esta já passou pela fase de avaliação às cegas e por pares, garantindo o aperfeiçoamento do conteúdo do trabalho. Nesse sentido, foi possível construir a presente tabela:

Tabela 01. Versão do artigo depositada na Academia.edu

<b>Tipos de versão</b>	<b>Nº de periódicos</b>
Pré-print	0
Pós-print do autor	3
Pós-print da revista	147
Total	150

Fonte: a autora.

Nota-se que 98% dos artigos arquivados na plataforma Academia.edu são considerados a versão final publicada nos periódicos, ou seja, correspondem ao pdf aprovado e publicado pela revista. Tal achado corrobora com a perspectiva trazida por Björk et. al(2014), que expõe que a versão publicada na revista é mais escolhida pelos autores, seguida do manuscrito aceito e, por último, o manuscrito pré-print.

Um dos motivos apontados pelos autores (BJÖRK et. al, 2014, p. 241) da versão final ser a mais escolhida é justificado pelo fato de que essa já teria passado pelo processo de revisão por pares, tendo sido agregadas ao artigo as correções e sugestões de melhoria. Outra causa assinalada seria a de que os autores não sabem ao certo qual versão podem arquivar em repositórios, somado ao fato da exigência do conteúdo do trabalho ser inédito. Sendo assim, acadêmicos possuem receio ao publicar a versão pré-print em repositórios e, posteriormente, ao submeterem para periódicos científicos, não seja cumprido o requisito de ineditismo. Do espectro coletado, somente os periódicos Revista Contracampo, Cadernos Eletrônicos de Direito e Revista da Anpoll aceitavam submissões de versões pré-prints já armazenadas em repositórios, sendo esta a única exceção para a aceitação de trabalhos que não sejam inéditos.

A segunda tabela foi pensada em relação à permissão do periódico para o depósito de alguma das versões do artigo em repositórios digitais, principalmente em repositórios pessoais. A presente investigação tem como objetivo analisar se nos *sites* dos periódicos, suas políticas editoriais preveem informações sobre a permissão de autoarquivamento por parte dos autores de pelo menos uma das versões do artigo, como forma de estímulo à publicação pela via verde. Em razão disso, foi construída a tabela 02, conforme descrita abaixo:

Tabela 02. Número de periódicos que permitem o depósito de pelo menos uma das versões do artigo em repositórios digitais

<b>Sim*</b>	<b>Não*</b>	<b>Não especificado</b>
34	2	94

Fonte: a autora.

\*Para a contagem de periódicos, foram excluídas 20 revistas duplicadas, restando 130 periódicos com políticas distintas.

\*A permissão foi tirada diretamente das políticas editoriais encontradas no sítio eletrônico de cada periódico.

\*A política editorial do periódico *Academic Medicine* foi considerada como não permissiva, pois permite o compartilhamento do artigo publicado somente através do link, redirecionando para a página da revista. O upload do trabalho na íntegra, em pdf, como acontece em repositórios, não é permitido.

\*A política editorial do periódico *ZooKeys* foi considerada permissiva, uma vez que permite o arquivamento do trabalho em um repositório chamado Dryad, sob a condição do pagamento de uma taxa de U\$ 120,00 dólares. Para isso, foi adotado um critério mais amplo de permissividade, de forma a considerar como permissivos os periódicos que permitissem o depósito em ao menos um repositório, mesmo que esse seja de caráter privado.

A partir dos números encontrados, nota-se que em média 72% dos *sites* dos periódicos coletados não possuem uma política editorial explícita sobre o depósito de trabalhos por meio do acesso verde. Dessa maneira, os referidos periódicos não esclarecem em suas páginas da internet se permitem ou não o armazenamento de artigos em repositórios digitais. Nesse sentido, de acordo com o estudo feito por Miguel, Chinchilla-Rodríguez e Moya-Anegón (2011, p. 5-6), dos 17.000 periódicos indexados na base de dado Scopus, apenas 32% possuíam uma política editorial clara que autorizasse a publicação em Acesso Aberto Verde.

Apenas dois periódicos, *Revista de Direito Internacional (UNICEUB)* e *Academic Medicine*, expressamente não aprovam a publicação dos trabalhos ou o depósito do documento completo em pdf em outros lugares, incluindo repositórios, sendo anuído somente o compartilhamento do link da revista onde o trabalho foi publicado originalmente.

O que chama a atenção é que nos *sites* das revistas que permitem o depósito de algum tipo de versão do artigo, são utilizados textos padrões com o mesmo modelo de autorização, com apenas algumas distinções. Aproximadamente 47% das políticas



editoriais adotam textos genéricos, como: “Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista”, e/ou “Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.” Referido cenário demonstra que os editores não estão preocupados em criarem políticas de armazenamento específicas, que demonstrem com clareza o que se pode ou não armazenar, qual versão do trabalho pode ser depositada e em quais lugares podem ser arquivadas.

Em razão disso, a fim de reforçar a constatação citada, também foram verificadas se as políticas permissivas especificam qual versão do artigo pode ser armazenada em repositórios. Por conseguinte, com os dados descobertos foi construída a terceira tabela:

Tabela 03. Os periódicos que permitem o depósito em repositórios especificam qual versão do artigo pode ser publicada?

<b>Sim</b>	<b>Não especificado</b>
7	27

Fonte: a autora.

Dos 34 periódicos que permitem o compartilhamento de trabalhos em repositórios, somente 20,5% das revistas especificam qual versão do documento é admitida para depósito em repositórios digitais. Sendo que quatro revistas permitem apenas o armazenamento da versão final do artigo, ou seja, o pós-print da revista. Apenas uma revista permite o depósito do manuscrito na fase de pré-print e duas revistas permitem o arquivamento de todas as versões.

Conforme Fry et al. (2011), a falta de clareza nas políticas dos periódicos pode gerar insegurança para os autores por não saberem se estão infringindo as normas estabelecidas, nem terem plena ciência de seus direitos. Por esse motivo, também existe a possibilidade das mencionadas políticas desestimularem o autoarquivamento de pesquisas. No que tange ao depósito em repositórios individuais, como as redes sociais

acadêmicas, foi achado um periódico, denominado Revista Contracampo, que incentiva o depósito em repositórios temáticos, e o periódico Fenomenologia, Humanidades e Ciências que estimula a divulgação dos artigos em redes sociais como Academia.edu, ResearchGate e Mendeley. Esse cenário demonstra que ainda existem poucos incentivos pelo mercado editorial da disseminação de estudos em repositórios individuais.

A ideia inicial, proposta pelo Acesso Aberto Verde, girou em torno da promoção do autoarquivamento pelos próprios autores, sendo eles responsáveis pela decisão do que fazer ou não fazer com elas (JAMALI, 2017). Contudo, constata-se que a grande maioria dos editores pré-determinam a política de reutilização, licenciamento e depósito dos trabalhos. Isso acontece devido à transferência de direitos autorais entre a revista e os autores. Ao submeter um artigo a um periódico de escolha, os autores aceitam as políticas editoriais já estabelecidas na revista. Caso não haja concordância com as normas ali determinadas, o pesquisador não dispõe de alternativas que não seja a de eger outro meio para publicar sua obra. Nesse contexto, a transferência dos direitos autorais para terceiros, implica uma unidade de análise de importante verificação, a partir da qual foi confeccionada a quarta tabela:

Tabela 04. Retenção dos direitos autorais pelo autor

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não especificado</b>
49	42	39

Fonte: a autora.

\*Para a contagem de periódicos, foram excluídas 20 revistas duplicadas, restando 130 periódicos com políticas distintas.

É possível observar que não existe uma discrepância tão grande entre o número de revistas que permitem os autores manterem os direitos patrimoniais e de utilização sobre a obra e as que determinam a transferência dos direitos autorais para o periódico. Diferente do que coloca Canales e Melero (2021, p. 11), não houve a predominância da transferência de direitos autorais para as revistas. É comum que os periódicos que não detenham os direitos do autor, exijam apenas o direito de primeira publicação, com citação da revista onde foi publicado originalmente (BJÖRK et al., 2014, p. 238). Infere-se que os periódicos científicos vêm adotando políticas que validam a hipótese de uma ruptura com o sistema restritivo imposto pela legislação brasileira.

Outro ponto preocupante se refere aos periódicos que não apresentam informações básicas sobre os direitos autorais. Muriel-Torrado e Pinto (2018) ressaltam a importância da existência de políticas transparentes acerca dos direitos e deveres dos usuários. Ademais, orientações são necessárias para guiarem a decisão do autor no momento da escolha de determinado periódico para a submissão de seu trabalho, como também para auxiliarem na compreensão dos impactos de tais decisões. Muitas vezes, os autores que se veem nessas situações não têm o conhecimento necessário acerca dos direitos sobre seu trabalho, tal qual sobre como compartilhá-lo e reutilizá-lo.

Para complementar as informações coletadas nas páginas virtuais dos periódicos, realizou-se o cruzamento com os dados disponíveis no DIADORIM, tendo em vista que o Diretório contém informações sobre políticas editoriais que não necessariamente estão disponíveis no *site* da revista. Sendo assim, diante da ausência de informações no *site* da revista, os autores poderão consultá-las em um local alternativo. De 130 periódicos não duplicados coletados, 80 encontram-se indexados no DIADORIM. Diante disso, elaboraram-se as seguintes tabelas para contabilizar a quantidade de periódicos listados no Diretório que permitem o armazenamento ao pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista.

Tabela 05. Número de periódicos indexados no DIADORIM que permitem o depósito do pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista

<b>Pré-Print</b>	<b>Pós-print do autor</b>	<b>Pós-print da revista</b>
29	64	61

Fonte: a autora.

Tabela 06. Classificação dos periódicos científicos por meio do sistema de cores adotado pelo DIADORIM

<b>Verde</b>	<b>Azul</b>	<b>Amarelo</b>	<b>Branco</b>
24	49	4	3

Fonte: a autora.

Vale ressaltar que o baixo número de políticas restritivas, representadas pela cor

branca, em comparação às políticas classificadas como verde e azul, valida a hipótese de desvinculação com a noção proprietária de direitos autorais e um maior diálogo com a aspiração por trás da Lei de Direitos Autorais buscando a divulgação do conhecimento.

Dos demais dados importantes que foram extraídos do DIADORIM, constata-se que dos 94 periódicos os quais não especificam as políticas de armazenamento em seu *site*, 66 deles possuem políticas de arquivamento disponíveis no DIADORIM. Entretanto, os *sites* das revistas não procuram informar a seus usuários, de maneira perceptível, sobre a possibilidade de eles consultarem as normas sobre depósito em repositórios no Diretório, ou até mesmo, informando sobre o que é o DIADORIM e como este funciona.

Algumas políticas editoriais encontradas nos *sites* foram destacadas por apresentarem discrepâncias com as informações cadastradas no DIADORIM. Como exemplo, o periódico Antropolítica, em seu *site*, permite o depósito de qualquer uma das três versões dos artigos em repositórios; contudo, em sua página do DIADORIM, o referido periódico não permite o armazenamento da versão pré-print. A revista Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras apresenta, em seu sítio eletrônico, a permissão para depósito de versões pré-prints, sendo que na plataforma DIADORIM constava a não autorização para armazenar essas mesmas versões supracitadas. Da mesma forma, a Revista da Anpoll também permite o arquivamento de versões pré-prints, ainda que as informações do DIADORIM sugiram o contrário. Uma segunda divergência apontada entre os *sites* e os dados do Diretório foi no tocante à Revista Sofia, a qual concorda com o depósito de trabalhos em repositórios logo após a publicação da versão final na revista, ao passo que, no DIADORIM, consta a permissão do arquivamento após a aceitação do artigo pela revista.

As discordâncias entre o próprio *site* do periódico e as políticas editoriais inseridas no DIADORIM proporcionam grande insegurança aos pesquisadores, que não sabem em qual informação confiar. Além disso, pode-se inferir que as políticas editoriais são alteradas com o decorrer do tempo (HANLON, RAMIREZ, 2011) e os editores não as atualizam na página do Diretório, ocasionando tais incompatibilidades de informações.

Também foram constatadas inconsistências entre os próprios dados do Diretório, entre eles e o da Revista Jurídica da Ufersa, que não permite a divulgação de pré-prints e ainda assim é classificada como verde, ou seja, autorizando o depósito de todas as versões. A mesma situação ocorre com a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura e com o periódico Em Tempo de Histórias, ambos consentem com o armazenamento das versões pré-print, mas as políticas no DIADORIM categorizadas como azul, permitindo apenas

as publicações dos pós-print dos arquivos.

O exame desses dados permite levantar a possibilidade de que os editores não compreendem totalmente quais as informações que devem ser inseridas no DIADORIM ou que as inserem de maneira errada. Na hipótese do cadastro de forma errônea, seria recomendável o contato com o editor responsável, visando à retificação do erro. Implica dizer que não existe um gerenciamento e tampouco conferência das informações por parte dos responsáveis da plataforma, fato que pode implicar negativamente sobre a imagem do Diretório.

Por fim, vale destacar que 18 políticas<sup>8</sup> previstas no DIADORIM não permitiam a divulgação de pós-print pela via verde. Entretanto, verificou-se que as versões postadas na Academia.edu correspondem justamente à versão não autorizada.

Covey (2009) aponta que as políticas editoriais aparentemente não interferem na escolha dos autores em armazenar ou não seus trabalhos. Ademais, ao analisarem as versões de artigos em Acesso Aberto Verde depositadas, Björk et. al (2014, p. 248) acreditam que os autores saibam que estão violando as normas dos periódicos ao compartilharem suas obras em repositórios individuais. Contudo, tal achado pode estar atrelado à ideia de não somente a violação consciente dos direitos autorais pelos pesquisadores, mas principalmente à falta de conhecimento por parte dos usuários, levando em consideração que todos os 18 periódicos que não consentem com depósito do pdf final do artigo, não especificam em seu *site* qual versão é possível de ser armazenada. Portanto, é possível que aludidos usuários depositem a versão errada pela não indicação de políticas nas páginas dos periódicos e por desconhecerem a existência das normas contidas no DIADORIM.

---

<sup>8</sup> Entre as revistas encontradas no DIADORIM que não permitem o armazenamento da versão pós-print dos artigos estão: Numen - revista de estudos e pesquisa da religião; Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery; Revista Prâksis; Intexto; dObra[s]; Principia; Líbero; Revista de Direito Civil Contemporâneo; PLURA - Revista de Estudos de Religião; Locus Revista de História; Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade; Alterjor; Revista Jurídica da Ufersa; Revista de Ensino de Geografia; Libertas; Culturas Jurídicas; Letras; Revista Eletrônica de Educação.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário pouco explorado do *Open Access Green*, em especial do armazenamento em repositórios individuais, este estudo de caso exploratório debruçou-se sobre a análise dos artigos científicos encontrados na Academia.edu depositados por autores da UFJF, com o objetivo de identificar a relação entre os dados extraídos das políticas editoriais dos periódicos onde tais artigos foram publicados, a transferência de direitos autorais e o depósito em repositórios pessoais.

Partindo-se da teoria de dever e aspiração construída por Bankowski (2008), infere-se que a maior parte das políticas editoriais examinadas vão de encontro à noção restritiva e proprietária contida na legislação brasileira de direitos autorais. Com base nos dados extraídos a partir das unidades de análise escolhidas, é possível verificar a predominância de periódicos que não exigem a transferência dos direitos patrimoniais dos autores, requerendo apenas o direito de primeira publicação. Em relação ao estímulo e permissão para o autoarquivamento em repositórios digitais, notou-se que a maioria das políticas não especificam o que os usuários podem ou não divulgar em seus trabalhos pela via verde, tampouco qual versão (pré-print, pós-print do autor e pós-print da revista) pode ser depositada. Também, não existe um incentivo em específico, por parte do mercado editorial, para depósito em repositório individuais, como a Academia.edu

Os resultados encontrados demonstram que os periódicos científicos adotam padrões de abertura quanto ao acesso para os leitores. Todavia, não oferecem políticas editoriais claras e transparentes suficientes sobre normas de armazenamento em repositórios e sobre os direitos dos autores. Assim, as inseguranças proporcionadas aos autores quanto ao armazenamento de seus trabalhos é um problema a ser solucionado.

Por fim, é possível concluir que apesar da grande expansão do *Open Access Green*, ainda existe um grande caminho a se percorrer em relação à implementação de políticas editoriais as quais incentivem a adoção da via verde por seus usuários. Portanto, tais políticas devem ser repensadas pelos editores de periódicos científicos, sem deixar considerar as novas formas de divulgação do conhecimento, como o arquivamento de trabalhos em redes sociais acadêmicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERIN, Juan; FISCHMAN, Gustavo; WILLINSKY, John. Open access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and a few reflections. *Liinc em Revista*, v. 1, p. 172-185, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3165>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ALVES, Larissa de Araújo. **Periódicos da Área de Ciências Farmacêuticas: uma análise das políticas editoriais em relação ao Acesso Aberto**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25861>. Acesso em: 21 dez. 2021.

APPEL, Andre; ALBAGLI, Sarita. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. *Transinformação*, v. 31, p. 1-14, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/Q8qKpmCvxHqQQC6VHPCYsWw/?lang=en>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ARGOLLO, Lahiri; ROSA, Flávia. Publicações Científicas e Direito Autoral: A Função Social da Propriedade Intelectual. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 12, ed. 3, p. 51-79, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/login?source=%2Findex.php%2Frevistaici%2Farticle%2Fview%2F30435>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BANKOWSKI, Zenon. **Vivendo Plenamente a Lei**. Tradução de Lucas Dutra Bertolozzo, Luiz Reimer Rodrigues Rieffel e Arthur Maria Ferreira Neto. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008. 289 p.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. **Berlin Declaration**. Berlim, 22 de outubro de 2003. Disponível em: <[https://openaccess.mpg.de/67605/berlin\\_declaration\\_engl.pdf](https://openaccess.mpg.de/67605/berlin_declaration_engl.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2021.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. **Bethesda Declaration**. Bethesda, 20 de junho de 2003. Disponível em: <https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>. Acesso em: 30 out. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer. Gold, green, and black open access. *Learned Publishing*, v. 30, p. 1-3, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1096>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer; LAAKSO, Mikael; WELLING, Patrik; PAETAU, Patrik. Anatomy of green open access. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 65, ed. 2, p. 237-250, 6 nov. 2014. Disponível em: <<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.22963>>. Acesso em: 28. nov. 2021.

BOJO-CANALES, Cristina; MELERO, Remedios. Open access editorial policies of SciELO health sciences journals. **Journal of Information Science**, p. 1-14, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/01655515211015135>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRAINARD, Jeffrey. Open access takes flight. **Science**, v. 371, ed. 6524, p. 16-20, 1 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.371.6524.16>> . Acesso em: 14 dez. 2021.

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**. Editora Lumen Juris, 2011. Disponível em: <<https://itsrio.org/pt/publicacoes/o-dominio-publico-no-direito-autoral-brasileiro/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRANDÃO, Tiago; MOREIRA, Amilton; TANQUEIRO, Sara. As políticas de acesso aberto: história, promessas e tensões. **Ler História**, v. 78, p. 253-276, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/8560>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL (1998). Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm)>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006**. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2006. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/342/portaria-capes-n-13#:~:text=Institui%20a%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20digital%20das,de%20doutorado%20e%20mestrado%20reconhecidos>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **BOAI Declaration**. Budapeste, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 30 out. 2021.

CANTO, Fabio; MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson. **Direitos de autor e licenças Creative Commons para periódicos científicos de acesso aberto**. In: SILVEIRA, Lúcia; SILVA, Fabiano. *Gestão Editorial de Periódicos Científicos - tendências e boas práticas*. 1. ed. Florianópolis: BU Publicações/UFSC, 2020. cap. 3, p. 81-104. ISBN 978-65-87206-08-0. E-book (226 p.). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208694>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARREÑO, Esther C.; FRÍAS, José Antonio M.; TRAVIESO, Crispulo R. El papel de las profesoras e investigadoras de la Universidad de Salamanca en la difusión de su producción científica. Análisis de ResearchGate y Academia.edu. **Investigación y género. Reflexiones desde la investigación para avanzar en igualdad**, [S. l.], p. 108-129, 1 fev. 2022. VII Congreso Universitario Internacional Investigación y Género. Disponível em: <<https://idus.us.es/handle/11441/80210>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

COSTA NETTO, José Carlos. **Direito Autoral no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2008. 464 p. ISBN 9788532268983.



COSTA, Sely M. S.; KURAMOTO, Hélio.; LEITE, Fernando C. L.. **Acesso aberto no Brasil: aspetos históricos, ações institucionais e panorama atual**. In: RODRIGUES, E.; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. (Org.). Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo. Braga: Universidade do Minho, Serviços de Documentação, 2013, p. 133-150. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM\\_10anos.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2021.

COVEY, Denise Troll. Self-Archiving Journal Articles: A Case Study of Faculty Practice and Missed Opportunity. **Johns Hopkins University Press**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 223-251, 1 abr. 2009. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/262847>. Acesso em: 24 dez. 2021.

CUNHA, Jacqueline. As cores do acesso aberto à informação científica. **BiblioCanto**, Natal, v. 4, ed. 1, p. 22-39, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/56899>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CURRY, Carolann. SHERPA Services and SHERPA/RoMEO. **Journal of Electronic Resources in Medical Libraries**, [S. l.], p. 1-4, 9 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15424065.2017.1368424>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

DUFFY, Brooke; POOLEY, Jefferson. “Facebook for Academics”: The Convergence of Self-Branding and Social Media Logic on Academia.edu. **Social Media + Society**, [S. l.], p. 1-11, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305117696523>. Acesso em: 14 dez. 2021.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa Empírica em Direito: as regras de inferência**. Tradução Fabio Morosini et al. São Paulo: Direito GV, 2013. 253 p.

FERES, Marcos Vinício Chein *et. al.* A contradição entre a regulamentação existente e a complexidade dos fatos reais no caso das drogas para doenças negligenciadas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, nº 3, dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4206>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FROSIO, Giancarlo. Open Access Publishing: A Literature Review. CREATE Working Paper 2014/1, Estelle Derclaye (sup.). Disponível em <<http://www.create.ac.uk/publications/000011>>. Acesso em: 23 nov 2021.

FRY, Jenny *et. al.* **Peer Behavioural Research: Authors and Users vis-à-vis Journals and Repositories**. Final Report, Loughborough University, 2011. Disponível em: <[https://repository.lboro.ac.uk/articles/report/PEER\\_behavioural\\_research\\_authors\\_and\\_users\\_vis-\\_-vis\\_journals\\_and\\_repositories\\_D4\\_2\\_final\\_report\\_/9414500](https://repository.lboro.ac.uk/articles/report/PEER_behavioural_research_authors_and_users_vis-_-vis_journals_and_repositories_D4_2_final_report_/9414500)>. Acesso em: 22 dez. 2021.

GADD, Elizabeth; OPPENHEIM, Charles; PROBETS, Steve. RoMEO Studies I: The impact of copyright ownership on academic author self-archiving. **Journal of**

**Documentation**, v. 39, ed. 3, p. 243-277, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10150/105371>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GIBBONS, Susan. Defining an Institutional Repository. **Library Technology Reports**, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 6-10, 1 jul. 2004. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/4378>. Acesso em: 2 jan. 2022.

GREEN, Toby. Is open access affordable? Why current models do not work and why we need internet-era transformation of scholarly communications. **Learned Publishing**, v. 32, p. 13-25, 11 jan. 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/leap.1219>. Acesso em: 22 nov. 2021.

HALL, Gary. What does Academia\_edu's success mean for Open Access? The data-driven world of search engines and social networking. **The London School of Economics and Political Science**, [S. l.], p. 1-5, 22 out. 2015. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2015/10/22/does-academia-edu-mean-open-access-is-becoming-irrelevant/>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

HANLON, Ann; RAMIREZ, Marisa. Asking for Permission: A Survey of Copyright Workflows for Institutional Repositories. **Johns Hopkins University Press**, [s. l.], v. 11, ed. 2, p. 683-702, 2011. Disponível em: <[https://epublications.marquette.edu/lib\\_fac/14/](https://epublications.marquette.edu/lib_fac/14/)>. Acesso em: 20 dez. 2021.

HARNAD, Stevan. Gold Open Access Publishing Must Not Be Allowed to Retard the Progress of Green Open Access Self-Archiving. **Logos**, v. 21, ed. 3-4, p. 86-93, 2011. Disponível em: <[https://brill.com/view/journals/logo/21/3-4/article-p86\\_10.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/logo/21/3-4/article-p86_10.xml?language=en)>. Acesso em: 28 nov. 2021.

HARNAD, Stevan *et. al.* The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. **Serials Review**, v. 30, ed. 4, p. 310-314, 2004. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0098791307001530>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

HOUGHTON, John; SWAN, Alma. Planting the Green Seeds for a Golden Harvest: Comments and Clarification on "Going for Gold". **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 19, ed. 1/2, 2013. DOI 10.1045/january2013-houghton. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/january13/houghton/01houghton.html>. Acesso em: 14 dez. 2021.

HOWARD, Jennifer et al. Posting Your Latest Article? You Might Have to Take It Down. **The Chronicle of Higher Education**, [s. l.], 6 dez. 2013. Disponível em: <https://www.chronicle.com/blogs/wiredcampus/posting-your-latest-article-you-might-have-to-take-it-down>. Acesso em: 23 dez. 2021.

IBICT. **Documento de apoio ao diretório Diadorim**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: [http://diadorim.ibict.br/about/docs/documento\\_apoio\\_servico\\_diadorim.pdf](http://diadorim.ibict.br/about/docs/documento_apoio_servico_diadorim.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

JAMALI, Hamid. Copyright compliance and infringement in ResearchGate full-text journal articles. *Scientometrics*, [s. l.], v. 112, ed. 1, p. 241-254, 16 fev. 2017. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-017-2291-4>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

LAAKSO, Mikael. Green open access policies of scholarly journal publishers: a study of what, when, and where self-archiving is allowed. *Scientometrics*, v. 99, ed. 2, p. 475-494, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/dhanken/handle/10138/157660>. Acesso em: 26 dez. 2021.

MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Pesquisa Empírica em Direito, 2017, p. 189-224.

MADDI, Abdelghani. Measuring open access publications: a novel normalized open access indicator. *Scientometrics*, v. 124, p. 379–398, 19 abr. 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03470-0>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

MARQUES, Fabrício. O labirinto do Plano S. *Pesquisa FAPESP*, [S. l.], n. 299, fev. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-labirinto-do-plano-s/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MEADOWS. A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999. 268p.

MIGUEL, Sandra; CHINCHILLA-RODRIGUEZ, Zaida; MOYA-ANEGÓN, Félix. Open access and Scopus: A new approach to scientific visibility from the standpoint of access. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, [S. l.], 11 abr. 2011. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.21532>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MURIEL-TORRADO, Enrique; LUIZ PINTO, Adilson. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis. *Biblios*, Pittsburgh, n. 71, p. 1-16, abr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1562-47302018000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-47302018000200001&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em: 04 dez. 2021.

NIYAZOV, Yuri *et. al.* Open Access Meets Discoverability: Citations to Articles Posted to Academia.edu. *PLOS ONE*, v. 11, ed. 2, p. 1-23, 17 fev. 2016. Disponível em: . Acesso em:

OLIVEIRA, Larissa. **Elementos estruturantes para a elaboração de políticas de direito autoral para repositórios institucionais de acesso aberto**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19208>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

OVADIA, Steven. ResearchGate and Academia.edu: Academic Social Networks. *Behavioral & Social Sciences Librarian*, v. 33, ed. 3, p. 165-169, 11 ago. 2014.

Disponível em:  
<[https://www.researchgate.net/publication/275171306\\_ResearchGate\\_and\\_Academiaedu\\_Academic\\_Social\\_Networks](https://www.researchgate.net/publication/275171306_ResearchGate_and_Academiaedu_Academic_Social_Networks)>. Acesso em: 15 dez. 2021.

PAGLIARO, Mario. Did you Ask for Citations? An Insight into Preprint Citations en route to Open Science. **MDPI**, [s. l.], v. 9, ed. 26, p. 1-10, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/9/3/26>. Acesso em: 24 dez. 2021

PAVAN, Cleusa; BARBOSA, Marcia. Article processing charge (APC) for publishing open access articles: the Brazilian scenario. **Scientometrics**, v. 117, p. 805-823, 31 ago. 2018. Disponível em: < <https://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Policy/open-access-2018.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PEREIRA, Vinicius; FURNIVAL, Ariadne. Revistas científicas em Acesso Aberto brasileiras no DOAJ: Modelos de negócio e sua sustentabilidade financeira. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, v. 14, ed. 1, p. 88-111, 2020. Disponível em:  
<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9695#:~:text=%E2%80%9CRevistas%20cient%C3%ADficas%20Em%20Acesso%20Aberto,%3A10.36311%2F1981%2D1640.2020>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PHELPS, Christopher. 'Someone Searched for You': Academia.edu and Me: A mound of data, both tantalizingly suggestive and wholly inconclusive, presents itself for my consideration. **The Chronicle of Higher Education**, p. A30-A31, 18 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.chronicle.com/article/someone-searched-for-you-academia-edu-and-me/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RAO, Srikumar. The Story Behind a Radical New Idea: A Social Network for Academia. Inc., p. 1-1, 18 out. 2013. Disponível em: <https://www.inc.com/srikumar-rao/richard-price-academia-edu-users.html>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SPINAK, Ernesto. Seu artigo terá mais citações se publicado em Acesso Aberto?. **SciELO em Perspectiva**, [s. l.], 21 jan. 2016. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2016/01/21/seu-artigo-tera-mais-citacoes-se-publicado-em-acesso-aberto/#.YfmAXOrMKiM>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

SUBER, Peter. **Open Access**. Cambridge: The MIT Press, Essential Knowledge Series, 2012. Disponível em: <<https://mitpress.mit.edu/books/openaccess>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SWAN, Alma. Why Open Access For Brazil? **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 158-171, 19 set. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3173>>. Acesso em: 20 nov em 2021.

SWAN, Alma; BROWN, Sheridan. **Open access self-archiving: An author study**. United Kingdom: Key Perspectives Limited, 2005. 104 p. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/260999/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 205 p.